



EDUCAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

“Novas Metodologias e Práticas de Difusão”

Parte 1



CULTURA E
TURISMO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Objetivos do Encontro

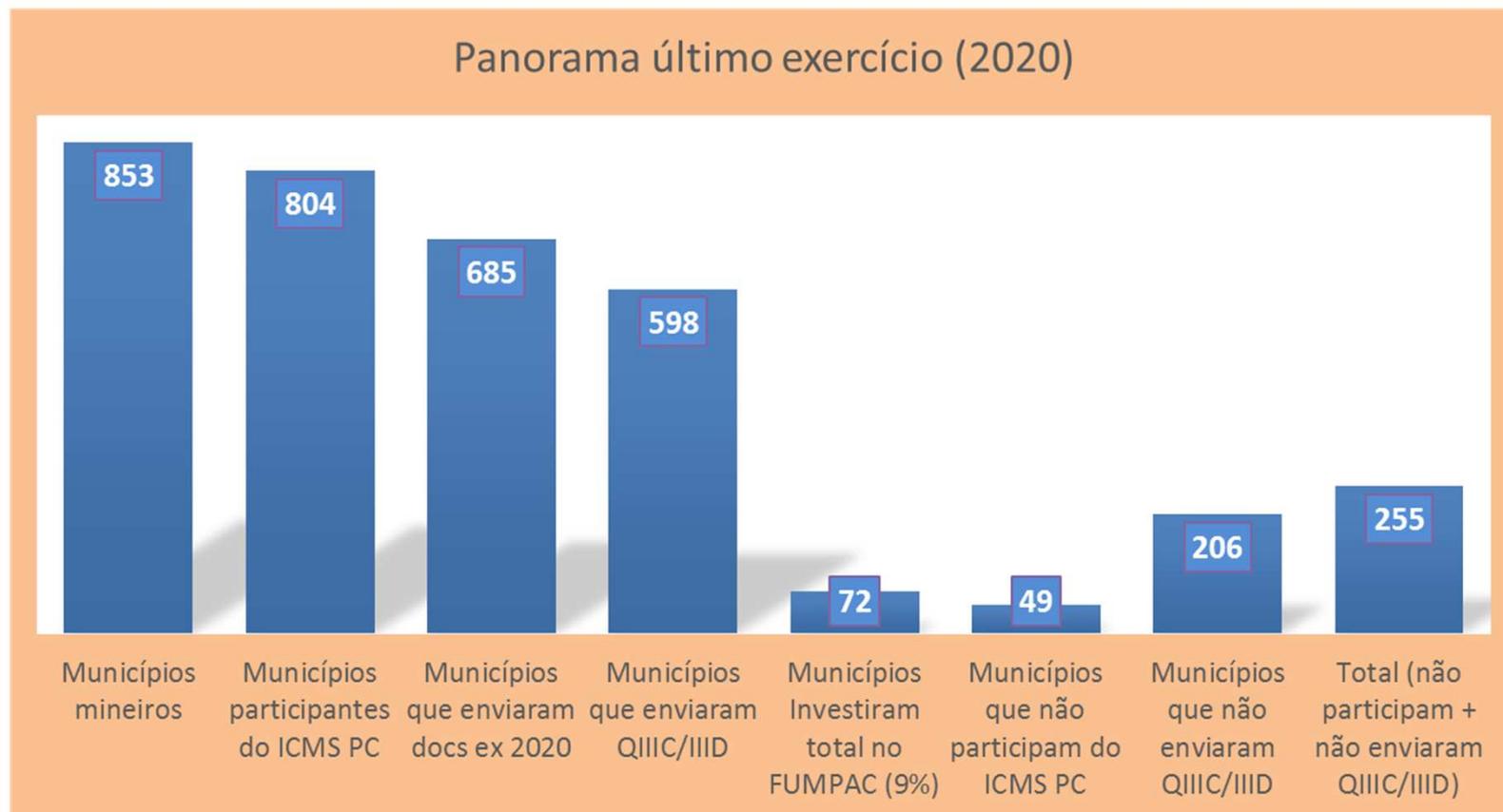
Entender o papel e importância da E.P no âmbito da gestão municipal

conhecer novas metodologias

apresentar práticas de difusão

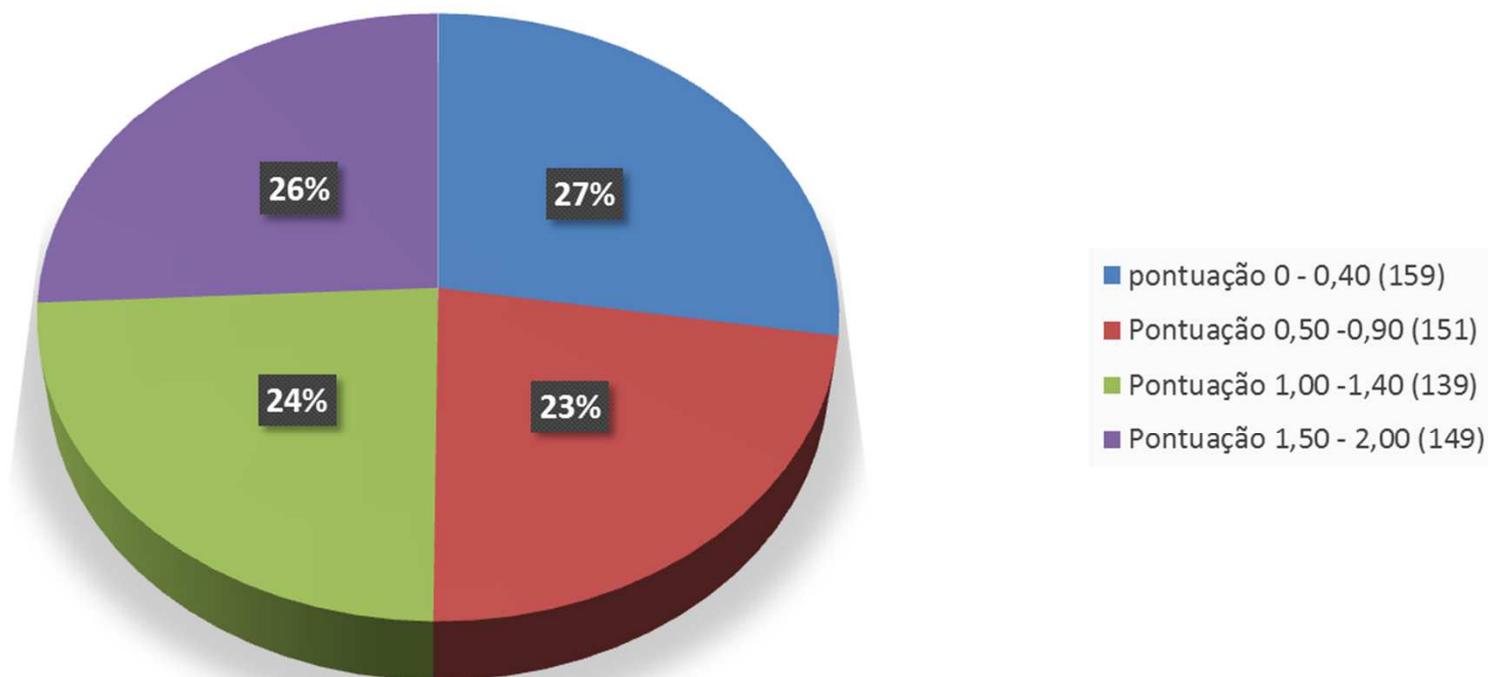


Indicadores do Quadro IIIC/IIID



Indicadores de distribuição de pontuação – QIIC/IIID

598 municípios participantes da Política ICMS – PC
QIIC/IIID



Trajetória da Educação Patrimonial no Brasil



CULTURA E
TURISMO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Institucionalização da proteção obrigatória pelo Poder Público

A preservação do patrimônio histórico como dever do ESTADO:

Constituição Federal de 1934, especificamente nos artigos 10 (inciso III), e 148:

- Art 10 - Compete concorrentemente à União e aos Estados:
- (...)
- III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte; (...).
- Art 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.

Decreto 25/1937

- CAPÍTULO I - DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
- Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
- § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. [...].

Educação Patrimonial no Brasil

1937 – criação do IPHAN: já nasce com a preocupação de se pensar ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio nacional;

Até 1967 - foco na criação de museus, exposições e tombamentos de acervos e exemplares arquitetônicos; publicações técnicas e sensibilização mais ampla através da Imprensa.

1975 - criação do CNRC – contribuiu com as discussões sobre os sentidos da preservação que já caminhava para ampliação do conceito de patrimônio.

1981 - Projeto Interação – MEC diretrizes para operacionalização da política cultural propondo a:

“interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país”.

PROJETO INTERAÇÃO – LINHAS DE AÇÃO

Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC

LINHA PROGRAMÁTICA 3: "INTERAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO BÁSICA E OS DIFERENTES CONTEXTOS CULTURAIS EXISTENTES NO PAÍS"*

FINALIDADE:

"Ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem, com base no repertório regional e local".

- O processo educacional como aquele, mais amplo do que a escolarização, e que está inserido num contexto cultural específico;
- Que a escola não é o único agente do processo educacional. Associações de classe, religiosas, recreativas, sindicatos, grupos de teatro, de música etc. são outros exemplos de tais agentes;
- Que a comunidade deve participar, ao nível das decisões, do processo educacional em cada contexto cultural específico;
- Que as manifestações culturais compreendem todo o universo de atividades representativas da vida social e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, como também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento.

AS AÇÕES DEVERÃO SER DESENVOLVIDAS OBJETIVANDO:

- Estimular e apoiar a participação da comunidade no processo educacional;
- Estimular a participação da escola no processo de conhecimento das manifestações culturais locais, no sentido de fazer com que ela reflita sobre a realidade em que está inserida, passando a utilizá-la como elemento fundamental na elaboração e execução do seu currículo;
- Estimular a utilização de diferentes processos educacionais, como teatro, dança, cinema, música, literatura, artes plásticas, fotografia, desportos, além da utilização de museus, casas históricas, praças e outros, na geração e operacionalização de situações de aprendizagem;
- Incentivar a participação da universidade, através de seus vínculos naturais com a educação básica e com o ensino de 2º grau, no desenvolvimento de ações que se enquadrem na linha programática.

* BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O difícil espalhar: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*. Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996. p. 293-294.

Educação Patrimonial no Brasil

1983 – O termo foi introduzido no Brasil durante o **1º Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Monumentos”** no **Museu de Petrópolis** como metodologia inspirada no modelo de educação desenvolvido na Inglaterra (heritage education).

Década de 80 e 90 - Maria de Lourdes Horta, Evelina Grunberg e Adriana Monteiro realizam uma série de capacitações itinerantes com técnicos ligados aos setores públicos de preservação e professores da rede formal de ensino.

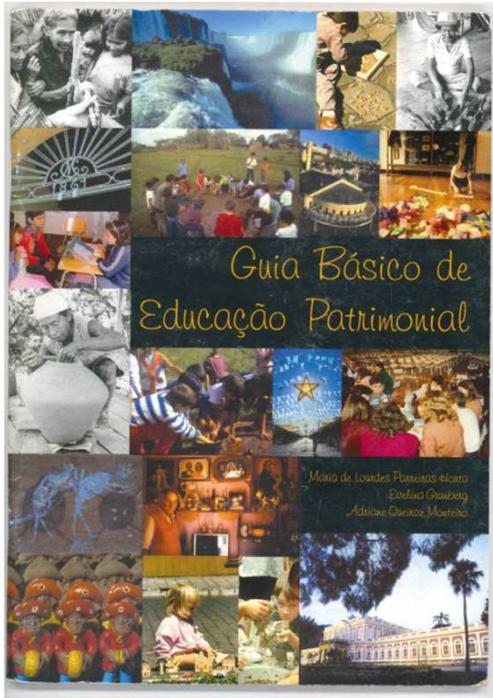
Educação Patrimonial no Brasil

Constituição Federal de 1988 – Artigo 216

Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I) as formas de expressão;
- II) os modos de criar, fazer e viver;
- III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações culturais;
- V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Educação Patrimonial no Brasil



1996 – Lançamento do **Guia Básico de Educação Patrimonial** com a sistematização da metodologia como ferramenta pedagógica.

Patrimônio como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo

Ações educativas processuais permanentes e sistemáticas com a apreensão do conhecimento por meio das etapas de observação, registro, extrapolação e apropriação

Conceito

“A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural”.

O diálogo permanente que está implícito neste processo educacional estimula e facilita a comunicação e a interação entre as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização desses bens.

“A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada:

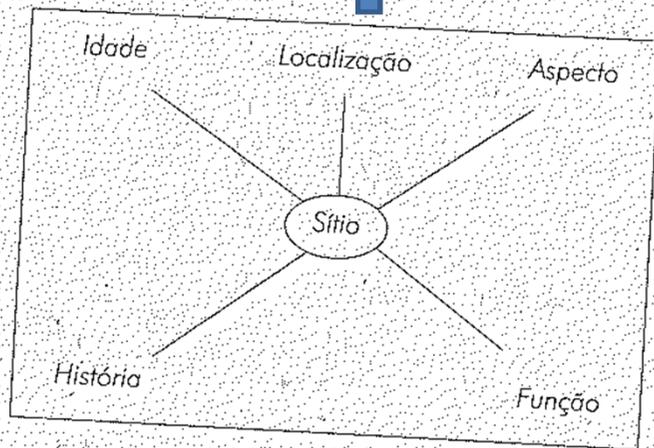
- a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico;
- uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental;
- um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural;
- uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual;
- um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente”.

Guia Básico de Educação Patrimonial, pág. 6.

A metodologia

perceber sua importância ou significados no presente.

As questões básicas de abordagem podem ser assim estruturadas:



Estes elementos de análise podem ser aprofundados em diferentes pontos:



Metodologia

Descobrendo um objeto

Exercício de estímulo à percepção e análise.

Você pode dar às crianças/alunos uma folha como essa para ajudá-las a analisar um objeto, sem limitar sua própria capacidade de propor perguntas e respostas.

Contextualização do objeto a partir de perguntas e questionamentos para descobrir o objeto: estímulo à percepção e análise.

Aspectos principais a observar	Outras perguntas	Aspectos descobertos pela observação	Aspectos a pesquisar
Aspectos físicos O que parece ser este objeto?	Que cor tem? Que cheiro tem? Que barulho faz? De que material é feito? O material é natural ou manufaturado? O objeto está completo? Foi alterado, adaptado ou consertado? Está usado?		
Construção Como foi feito?	Onde foi feito? Foi feito a mão ou a máquina? Foi feito em uma peça única, ou em partes separadas? Com uso de molde ou modelado a mão? Como foi montado? (com parafusos, pregos, cola ou encaixes?)		
FUNÇÃO Para que foi feito?	Quem o fez? Para que finalidade? Como foi ou é usado? O uso inicial foi mudado?		
FORMA (DESIGN) O objeto tem uma boa forma? É bem desenhado?	De que maneira a forma indica a função? Ele é bem adequado para o uso pretendido? O material utilizado é adequado? É decorado, ornamentado? Como é a decoração? O que a forma e decoração indicam? Sua aparência lhe agrada?		
VALOR Quanto vale este objeto?	Para as pessoas que o fabricaram? Para as pessoas que o usam?(ou usaram?) para as pessoas que o guardaram? Para as pessoas que o venderam? Para você? Para um Banco? Para um museu?		

Problematização do bem cultural passado x presente x futuro

Presente	Passado	Influência do passado no presente
Como é o lugar hoje?	Como era este lugar no passado?	Que elementos do passado podemos ver hoje?
Porque este lugar é assim, hoje, e como se diferencia ou se assemelha a outros lugares?	Porque este lugar era deste modo no passado? Como é porque ele se diferenciava ou se assemelhava a outros lugares no passado?	Que influência estes elementos tiveram sobre este lugar, e como esta influência se diferencia ou se assemelha ao que aconteceu em outros lugares?
De que maneira este lugar se relaciona com outros lugares?	De que maneira este lugar estava relacionado com outros lugares?	De que modo as relações existentes no passado influenciaram este lugar e o modo em que ele se relaciona hoje com outros lugares?
Como este lugar está mudado, e por quê?	Que mudanças aconteceram neste lugar ao longo do tempo e por quê?	Como as mudanças ocorridas estão refletidas hoje, neste lugar?
Como seria viver neste lugar, hoje?	Como seria viver neste lugar, no passado?	Como o passado influencia o modo e a experiência de viver neste lugar, hoje?

Problematização do bem cultural passado x presente x futuro

Observação

- Identificação do objeto;
- Percepção visual e simbólica;
- Por meio de perguntas, manipulação , experimentação, degustação, medições, anotações...

Registro

- Fixação do conhecimento;
- Ativação da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional;
- Por meio de representações e exposições orais e escritas...

Extrapolação

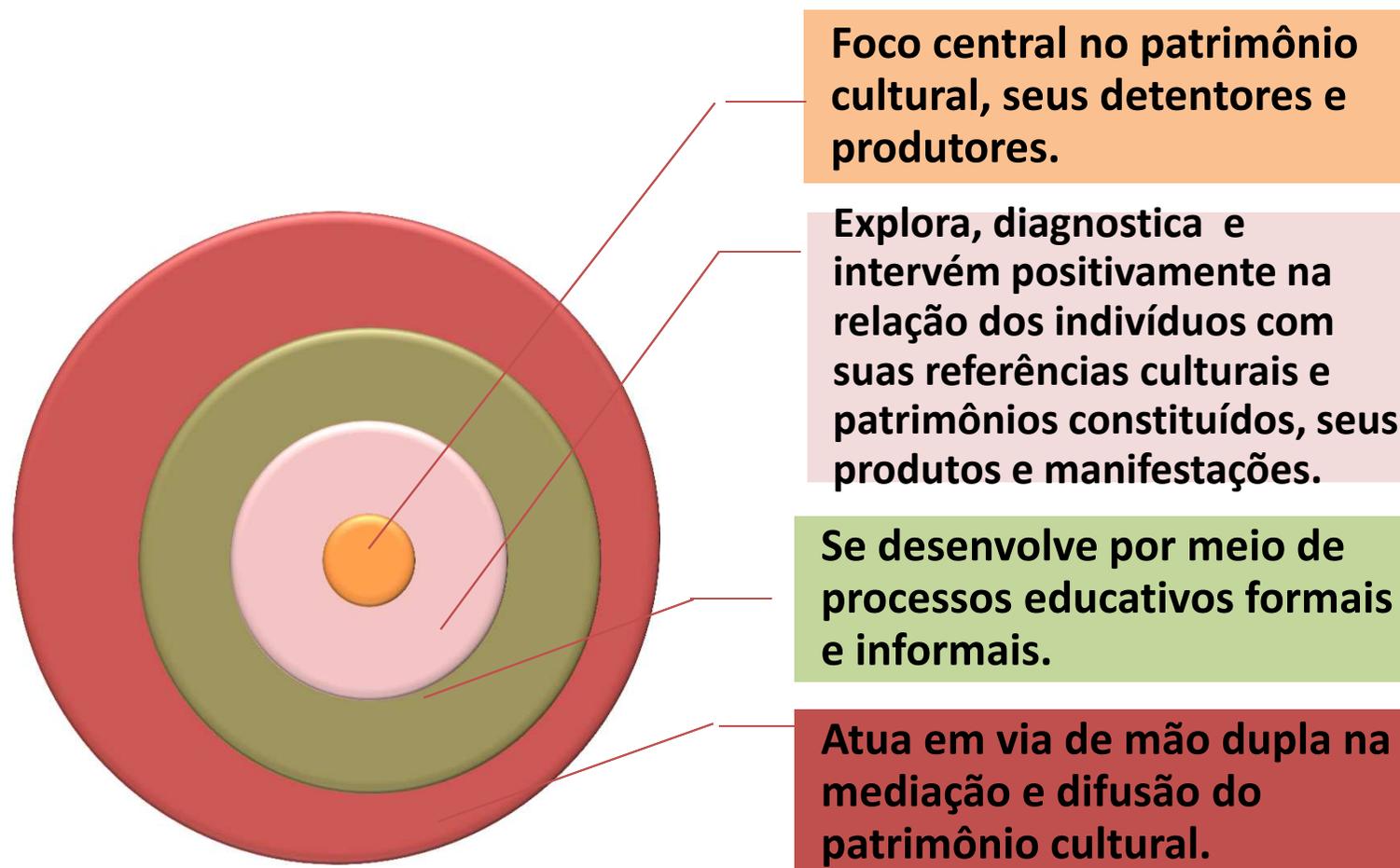
- Desenvolvimento das capacidades de análise, posicionamento crítico, interpretação das evidências e seus significados;
- Por meio de discussão, análise do problema, levantamento de hipóteses, questionamentos, avaliação, pesquisas em outras fontes e instituições...

Apropriação

- Envolvimento afetivo, internalização, apropriação, participação criativa, auto expressão e transmissão...

Educação para o Patrimônio Cultural

pilares para os dias atuais



Educação para o Patrimônio Cultural

Conceito contemporâneo

...“processos educativos formais e não formais voltados para o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural, nas suas mais diversas formas de expressão.”

(Caderno do IPHAN – Educação Patrimonial, histórico, conceitos e processos, 2014).

2015 – Amplia a possibilidade de públicos.

2012 – Educar mais projeto de livre escolha.

2009 – se torna quadro independente.

Deliberação Normativa 02/2002 – inserção da Educação Patrimonial no quadro Gestão.



CULTURA E
TURISMO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.

Educação para o Patrimônio Cultural na ótica da Deliberação Normativa

FUNDAMENTOS:

- Uma visão ampla da importância da Educação para o Patrimônio e, por conseguinte, da importância da difusão dos bens culturais e seus conteúdos trabalhados nas diversas ações desenvolvidas pela municipalidade, incluindo “processos educativos formais e não formais voltados para o reconhecimento, a valorização e a preservação do patrimônio cultural, nas suas mais diversas formas de expressão.” (Caderno do IPHAN – Educação Patrimonial, histórico, conceitos e processos, 2014);
- O entendimento que a Difusão e a Educação para o Patrimônio, em suas variadas possibilidades de trabalho, permeiam, de forma sistêmica, todas as demais ações e atributos que constituem a Política Estadual do ICMS critério Patrimônio Cultural, servindo, dessa forma, como suporte para gestão municipal no fortalecimento das diferentes identidades locais que representam a diversidade cultural do povo mineiro em seu conjunto de materialidades e manifestações;
- Considerando a importância do diálogo permanente entre os agentes públicos, privados e sociedade civil, tendo como premissa a participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais em ações de (re)conhecimento, proteção, salvaguarda e promoção do seu Patrimônio Cultural ao longo do tempo;

Educação para o Patrimônio Cultural na ótica da Deliberação Normativa

DIRETRIZES

Com o objetivo de implementar uma postura educativa para o Patrimônio Cultural material e imaterial em todas as ações institucionais, os municípios poderão:

- Firmar parcerias para realizar programas que estreitem o diálogo com a sociedade sobre políticas de identificação, reconhecimento, proteção e promoção do Patrimônio Cultural;
- Promover a participação efetiva da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas;
- Implementar programas que contemplem bens culturais inseridos e associados à vida cotidiana da comunidade;
- Promover a Educação para o Patrimônio como processo de mediação;
- Contemplar os diversos territórios como espaços educativos;
- Implementar programas que contemplem a intersetorialidade das políticas públicas

Públicos possíveis

Gestores e servidores municipais, conselheiros e agentes do patrimônio;

Profissionais da educação e alunos dos setores público e privado de todos os níveis de ensino;

Detentores de bens culturais, proprietários e moradores de imóveis tombados;

Trabalhadores / técnicos e operários de obras de conservação e restauração de bens protegidos por tombamento e por outras formas de acautelamento em diferentes etapas (projeto, obra e entrega de ações);

Comunidades da área de entorno imediato do perímetro protegido por tombamento;

Públicos possíveis

Comunidades tradicionais e do campo;

Associações do terceiro setor, grupos artísticos e culturais, coletivos, lideranças comunitárias e religiosas;

Grupos distintos ligados à cadeia produtiva do turismo, do artesanato e da gastronomia;

Grupos de identidades étnicas e de gênero, pessoas com necessidades especiais, grupos da terceira idade; crianças, adolescentes, jovens e mulheres em situação de vulnerabilidade social;

Categorias profissionais, militares, apenados e outros públicos distintos identificados como relevantes pela municipalidade.

Ações possíveis

Formações em geral por meio de cursos, palestras, seminários, rodas de conversa, oficinas e práticas lúdico-pedagógicas com foco na difusão e na educação para o patrimônio cultural;

Mediações e/ou outras práticas educativas realizadas durante os processos de inventários participativos, planejamento e execução de inventário, registro, tombamento e plano de salvaguarda;

Ações de mapeamento dos bens culturais que envolvam o diálogo reflexivo no trabalho de história oral e entrevistas com a comunidade e/ou grupos específicos;

Fóruns de patrimônio, conferências, consultas públicas e atividades correlatas;

Mediações em visitas guiadas, em exposições, em eventos de manutenção e recriação de bens culturais, em eventos de fruição cultural em geral com momentos específicos dentro da sua programação;

Ações possíveis

Sensibilizações e intervenções artístico-culturais com foco no patrimônio cultural;

Formação especializada dos trabalhadores da obra, a partir do conhecimento e aplicação de técnicas construtivas e saberes tradicionais de conservação e restauração.

Formações específicas para qualificação de Agentes do Patrimônio e Conselheiros;

Projetos de intervenção pedagógica tendo o patrimônio cultural como tema transversal nas práticas de ensino/aprendizagem das disciplinas do currículo escolar;

Atividades educativas complementares no cotidiano escolar, com foco no patrimônio cultural e nas referências identitárias do povo mineiro;

Ações possíveis

Módulos de Educação para o Patrimônio Cultural integrado à grade curricular de outros cursos e oficinas e ações de extensão universitária;

Outras ações identificadas como relevantes no processo.

Locais possíveis

Escolas e estabelecimentos de ensino, nos diversos níveis e redes (estadual, municipal, federal ou particular), inclusive em Escolas Tombadas;

Museus, Centros de Memória, Arquivos, Bibliotecas e outros locais de memória coletiva que possuem significância para a população local;

Equipamentos culturais públicos e privados;

Territórios populares ou onde vivem comunidades tradicionais;

Espaços e locais de manifestações culturais e outros;

Locais possíveis

Locais de produção de bens culturais protegidos ou não;

Igrejas, monumentos, casarões, ruínas, estações ferroviárias, núcleos históricos, conjuntos arqueológicos, espeleológicos, paisagísticos, naturais e urbanos tombados ou de importância para a comunidade;

Bens culturais tombados ou não em processo de obras de conservação e/ou restauro;

Outros espaços identificados como relevantes no processo.

Ações de difusão possíveis

Material didático, lúdico e afins sobre o Patrimônio Cultural municipal, tais como: jogos, livretos, filmes, documentários e animações, cartilhas de Educação para o Patrimônio, HQs e afins e/ou;

Materiais de caráter promocional diverso voltado para a promoção do Patrimônio Cultural municipal, como calendários, jogos, postais, vinhetas, jornais, panfletos educativos e afins e/ou;

Conteúdos gerados para mídias sociais, emissoras de rádio e televisão, matérias jornalísticas e afins para divulgação das ações, dos seus resultados e dos produtos gerados.

OBS: neste caso, para efeito de pontuação no QIID, devem ser observadas as orientações expressas na DN em vigor.

Conceitos chaves inter-relacionados



Toda a produção humana de ordem emocional, intelectual, material e imaterial, independente de sua origem, época, natureza ou aspecto formal, que propicie o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia”.

Possibilita descobertas sobre...

QUE as coisas materiais são suportes de todas as ações e práticas imateriais humanas ligadas aos “saberes” e aos “fazeres” culturais na constituição do patrimônio de determinado grupo ou comunidade no seu conjunto de materialidades e manifestações.

- Material e imaterial se integram e se complementam

QUE Costumes, tradições e valores se processam de formas distintas e variadas nas diferentes configurações do território ao longo da trajetória de suas comunidades.

- Significância do bem x atribuição de juízo de valor

A vida cotidiana com “seus modos de ser, pensar e agir cultural” para entender a cidade e seu patrimônio, pensar nos problemas e propor soluções.

- Desenvolvimento sustentável



MINAS GERAIS

CULTURA E
TURISMO



MINAS
GERAIS

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.